

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E ÂMBITO DA ACÇÃO E FINS

Artigo 1º- A Associação POMBA DA PAZ – I.P.S.S. é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com sede na Rua dos Galvões, Catujal, Concelho de Loures.

Artigo 2º- A Associação POMBA DA PAZ – I.P.S.S., tem por objectivo promover o desenvolvimento integral da criança, a promoção dos jovens, o apoio aos idosos e o seu âmbito de acção abrange o território nacional.

Artigo 3º- Para realização dos seus objectivos, a Instituição propõe-se criar e manter:

- a) Creche
- b) Jardim de Infância
- c) Actividades de Tempos Livres
- d) Centros de Dia para Idosos
- e) Residência de Idosos
- f) Apoio Domiciliário

Artigo 4º- A organização e funcionamento dos diversos sectores de actividades constarão de regulamentos internos elaborados pela Direcção.

Artigo 5º- Os serviços prestados serão remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico - financeira dos utentes apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder.

2. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.
3. Se houver casos de gratuidade estes serão objecto de estudo da Direcção.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Artigo 6º- Podem ser associados as pessoas singulares maiores de 18 anos e as pessoas colectivas.

Artigo 7º- Haverá duas categorias de associados:

1. Honorários – As pessoas que, através de serviços ou donativos, dêem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da Instituição, como tal reconhecida e proclamada para a Assembleia Geral.
2. Efectivos – As pessoas que se proponham colaborar na realização dos fins da Associação obrigando-se ao pagamento da jóia e quota mensal, nos montantes fixados pela Assembleia Geral.

Artigo 8º- A qualidade de Associado prova-se pela inscrição no livro respectivo que a Associação obrigatoriamente possuirá.

Artigo 9º- São direitos dos Associados:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;
- c) Requerer a convocação da Assembleia Geral extraordinária nos termos do número três do artigo 29º

Artigo 10º- São deveres dos Associados:

- a) Pagar pontualmente as suas quotas tratando-se de Associados efectivos;
- b) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- c) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes;
- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que foram eleitos.

Artigo 11º- Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no artigo 10º ficam sujeitos às seguintes sanções:

- a) Repreensão;
 - b) Suspensão dos direitos até 30 dias;
 - c) Demissão.
2. São demitidos os sócios que por actos dolosos tenham prejudicado materialmente a Associação
 3. As sanções previstas na alínea a) e b) do número 1 são da competência da Direcção.
 4. A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do número 1 só se aplicarão mediante audiência obrigatória do associado.
 5. A suspensão do direito não desobriga do pagamento da quota.

Artigo 12º- Os associados efectivos só podem exercer os direitos no artigo 9º, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.

2. Os associados efectivos que tenham sido admitidos há menos de seis meses não gozam os direitos referidos nas alíneas b) e c) do artigo 9º, podendo assistir às reuniões da Assembleia Geral mas sem direito.
3. Não são elegíveis para os corpos gerentes os associados que, mediante processo judicial, tenham sido removidos dos cargos directivos da Associação ou de outra instituição particular de solidariedade social, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

Artigo 13º- A qualidade de associado não é transmissível quer por acto entre vivos quer por sucessões.

Artigo 14º- Perdem a qualidade de associado:

- a) Os que pedirem a sua exoneração;
- b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante seis meses;
- c) Os que forem demitidos nos termos do número 2 do artigo 11º.

2. No caso previsto na alínea b) do número anterior considera-se eliminado o sócio que tenha sido notificado pela Direcção para efectuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de trinta dias.

Artigo 15º- O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, nem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas, ao tempo em que foi membro da Associação.

CAPÍTULO III

DOS CORPOS GERENTES

Secção I

Disposições gerais

Artigo 16º- São órgãos da Associação, a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

Artigo 17º- O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito.

Artigo 18º- A duração do mandato dos Corpos Gerentes é de três anos devendo proceder-se à sua eleição no mês de Dezembro do último ano de cada triénio.

2. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da mesa da Assembleia Geral ou seu substituto, o que deverá ter lugar na primeira quinzena do ano civil imediato em que se realizou a eleição.
3. Quando a eleição tenha sido efectuada extraordinariamente fora do mês de Dezembro, a posse poderá ter lugar na primeira quinzena do ano civil imediato em que se realizou a eleição.
4. Quando as eleições não hajam sido realizadas atempadamente considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos corpos gerentes.

Artigo 19º- Em caso de recatura da maioria dos membros de cada órgão, depois de esgotados os suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo mínimo de um mês e a posse deverá ter lugar nos 30 dias seguintes à eleição.

2. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior, coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

Artigo 20º- Os membros dos Corpos Gerentes só podem ser eleitos consecutivamente por dois mandatos para qualquer órgão da Associação, salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição.

2. Não é permitida aos membros dos corpos gerentes o desempenho simultâneo de mais um cargo da mesma Associação.
3. O disposto nos números anteriores aplica-se aos membros da mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal.

Artigo 21º- Os Corpos Gerentes são convocados pelos respectivos Presidentes e só podem deliberar com a maioria presente dos seus titulares.

2. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. As votações respeitantes às eleições dos Corpos Gerentes ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

Artigo 22º- Os membros dos Corpos Gerentes são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.

2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos Corpos Gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:
 - a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na Acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;
 - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na Acta respectiva.

Artigo 23º- Os membros dos Corpos Gerentes não poderão votar em assuntos que directamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.

2. Os membros dos Corpos Gerentes não podem contratar directa ou indirectamente com a Associação, salvo se do contrato resulta manifesto benefício para a Associação.
3. Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar nas Actas das reuniões do respectivo Corpo Gerente.

Artigo 24º- Os associados podem fazer-se representar por outros sócios nas reuniões da Assembleia Geral em caso de comprovada impossibilidade de comparência à reunião em carta dirigida ao Presidente da Mesa com a assinatura notarialmente reconhecida mas, cada sócio não poderá representar mais do que um associado.

2. É admitido o voto por correspondência sob condição de seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da Ordem

de Trabalhos e a assinatura do associado se encontrar reconhecida notarialmente.

Artigo 25º- Das reuniões dos Corpos Gerentes serão sempre lavradas Actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes. As reuniões da Assembleia Geral assinadas, pelos membros da respectiva mesa.

Secção II

Da Assembleia Geral

Artigo 26º- A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há, pelo menos seis meses, que tenham as suas quotas em dia e que não se encontrem suspensos.

2. A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva mesa que se compõe de um Presidente, um Secretário e um 2º Secretário.
3. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

Artigo 27º- Compete à mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia, representá-la e designadamente:

- a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo do recurso nos termos legais;
- b) Conferir posse aos membros dos Corpos Gerentes eleitos.

Artigo 28º- Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:

- a) Definir as linhas fundamentais da actuação da Associação;
- b) Eleger e destituir por votação secreta os membros da respectiva mesa e a totalidade dos membros dos órgãos executivos e de fiscalização;
- c) Apreciar e votar anualmente o Orçamento e o Programa de Acção para o exercício seguinte, bem como o Relatório e Contas de Gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e alienação a qualquer título de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;

- f) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma Instituição e respectivos bens;
- g) Autorizar a Associação a demandar os membros dos corpos gerentes por actos praticados no exercício das suas funções;
- h) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações.

Artigo 29º- A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.

2. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:

- a) No final de cada mandato durante o mês de Dezembro para a eleição dos Corpos Gerentes;
 - b) Até 31 de Março de cada ano para discussão e votação do Relatório e Contas de Gerência do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal;
 - c) Até 15 de Novembro de cada ano para apreciação e votação do Orçamento e Programa de Acção para o ano seguinte.
3. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos 10% dos associados no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 30º- A Assembleia Geral deve ser convocada com pelo menos 15 dias de antecedência pelo Presidente da Mesa, ou do seu substituto nos termos do artigo anterior.

- 2. A convocatória é feita por meio de aviso postal expedido por cada associado ou através de anúncio público nos dois jornais de maior circulação da área da sede da Associação e deverá ser afixado na sede e noutros locais de acesso público dela constando obrigatoriamente o dia, hora, local e a ordem de trabalhos.
- 3. A convocatória da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do artigo anterior deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de trinta dias a contar da data de recepção do pedido ou requerimento.

Artigo 31º- A Assembleia Geral reunirá à hora marcada da convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou uma hora depois com qualquer número de presentes.

- 2. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só poderá reunir se estiverem presentes $\frac{3}{4}$ dos requerentes.

Artigo 32º- Salvo o disposto no número seguinte, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes.

- 2. As deliberações sobre as matérias constantes das alíneas e), f), g) e h), do artigo 28º só poderão ser válidas se obtiverem o voto favorável de pelo menos $\frac{2}{3}$ dos votos expressos.

3. No caso da alínea e) do artigo 28º, a dissolução não terá lugar se, pelo menos um número de associados igual ao dobro dos membros dos Corpos Gerentes se declarar disposto a assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra.

Artigo 33º- Sem prejuízo do disposto no número anterior, são anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.

2. As deliberações da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de acção civil ou penal contra os membros dos Corpos Gerentes pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do Balanço, Relatório e Contas do Exercício, mesmo que a respectiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

Secção III

Da Direcção

Artigo 34º- A Direcção da Associação é constituída por cinco membros dos quais um Presidente, um Vice - Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal.

2. Haverá simultaneamente dois suplentes que se tornarão efectivos à media que se derem vagas e pela ordem em que tiveram sido eleitos.
3. No caso de vacatura do cargo de Presidente será o mesmo preenchido pelo Vice – Presidente e este substituído por um suplente.
4. Os suplentes poderão assistir às reuniões da Direcção mas sem direito a voto.

Artigo 35º- Compete à Direcção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o Relatório e Contas de Gerência, bem como o Orçamento e Programa de Acção para o ano seguinte;
- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;
- d) Organizar o quadro de pessoal e contratar e gerir o pessoal da Associação;
- e) Representar a Associação em juízo ou fora dele;

- f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da Associação;
- g) Elaborar o Regulamento Interno da Instituição;
- h) Celebrar acordos de cooperação com os serviços oficiais.

Artigo 36º- Compete ao Presidente da Direcção:

- a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respectivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Direcção, dirigindo os respectivos serviços;
- c) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de Actas da Direcção;
- e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direcção na primeira reunião seguinte.

Artigo 37º- Compete ao Vice – Presidente coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 38º- Compete ao Secretário:

- a) Lavrar as Actas das reuniões da Direcção e superintender nos serviços de expediente;
- b) Preparar a agenda de Trabalhos para as reuniões de Direcção organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria.

Artigo 39º- Compete ao Tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da Associação;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de Receita e Despesa;
- c) Assinar todas as autorizações de pagamentos e as guias de recita conjuntamente com o Presidente;
- d) Apresentar mensalmente à Direcção o balancete em que se discriminarão as recitas e despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços e Contabilidade e Tesouraria.

Artigo 40º- Compete ao Vogal coadjuvar os restantes membros da Direcção nas respectivas atribuições e exercer as funções que a Direcção lhe atribuir.

Artigo 41º- A Direcção reunirá sempre que o achar conveniente por convocação do Presidente e obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada mês.

Artigo 42º- Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas do Presidente e do Tesoureiro.

2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro.
3. Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direcção.

Secção IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 43º- O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um Presidente, um Secretário e um Relator.

Artigo 44º- Compete ao Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da lei e dos Estatutos e nomeadamente:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Instituição sempre que o julgue conveniente;
- b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do Órgão Executivo, sempre que o julgue conveniente;
- c) Dar parecer sobre o Relatório, Contas e Orçamento e sobre todos os assuntos que o Órgão Executivo submeta à sua apreciação.

Artigo 45º- O conselho Fiscal pode solicitar à Direcção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propõe reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.

Artigo 46º- O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgue conveniente, por convocação do Presidente e obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada trimestre.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 47º- São receitas da Associação:

- a) O Produto das jóias e quotas dos Associados;
- b) As participações dos utentes;
- c) Os rendimentos de bens próprios;
- d) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos;
- e) Os subsídios do Estado ou de Organismos Oficiais;
- f) Os donativos ou produtos de festas ou subscrições;
- g) Outras receitas.

Artigo 48º- No caso de extinção da Associação competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, tendo em conta o património da Autarquia, bem como eleger uma Comissão Liquidatária.

2. Os poderes da Comissão Liquidatária ficam limitados à prática de actos meramente conservatórios quer à liquidação do património social, quer à ulitimação dos negócios pendentes.

Artigo 49º- Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.

Aprovado por unanimidade em Assembleia Geral de associados, realizada a 07 de Abril de 2000, a alteração ao 1º e 2º pontos.

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

O PRESIDENTE:

O 1º SECRETÁRIO:

A 2ª SECRETÁRIA: